**TERAPIA OCUPACIONAL E POPULAÇÃO NEGRA: POSSIBILIDADES PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DESIGUALDADE RACIAL**

Occupational Therapy and Black Population: possibilities for confrontation of racism and racial inequality

Terapia ocupacional y población negra: posibilidades para el enfrentamiento del racismo y la desigualdad racial

**Resumo -** Os processos de inferiorização perpassam a existência da pessoa negra de maneira profunda, principalmente na dificuldade de se construir uma Identidade negra e nas estruturas de exclusão gerados peloApartheid ocupacional. Esse é um artigo de reflexão, onde realizou-se um apanhado histórico e contemporâneo sobre a população negra no Brasil, para assim pensar sobre as possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional junto a esses sujeitos. Tal profissão procura, enquanto um agente político e social, atuar com as populações que tem sua participação ocupacional ameaçada pelas desigualdades, com a finalidade de elaborar estratégias de enfrentamento. Ao atuar ao lado da população negra, o profissional poderá agir na criação de campos de possiblidades, com o uso de atividades emancipadoras grupais ou individuais, na busca da conscientização e empoderamento de tal povo. Além disso, o Terapeuta Ocupacional coloca-se como articulador na procura de possibilitar a participação social, rompendo com processos de exclusão social.

**Palavras-chave:** Participação social; Racismo; Terapia ocupacional.

**Abstract –** The processes of inferiorization pass through the existence of the black person in a profound way, mainly in the difficulty of constructing a Black Identity and in the structures of exclusion generated by occupational Apartheid. This is a reflection article, where a historical and contemporary survey of the black population in Brazil was carried out, in order to think about the possibilities of Occupational Therapy acting alongside these subjects. This profession looking for, as a political and social agent, to work with populations that have their occupational participation threatened by inequalities, in order to elaborate coping strategies. By acting alongside the black population, the professional can act in the creation of fields of possibilities, with the use of group or individual emancipatory activities, in the search for the awareness and empowerment of such people. In addition, the occupational therapist poses as an articulator in the search to enable social participation, breaking with processes of social exclusion.

**Keywords:** **Social participation; Racism; Occupational therapy.**

**Resumen – Los procesos de inferiorización atravesan la existencia de la persona negra de manera profunda, principalmente en la dificultad de construir una Identidad negra y en las estructuras de exclusión generadas por el Apartheid ocupacional. Este es un artículo de reflexión, donde se realizó un recuento histórico y contemporáneo sobre la población negra en Brasil, para así pensar sobre las posibilidades de actuación de la Terapia Ocupacional junto a esos sujetos. Esta profesión busca, como agente político y social, actuar con las poblaciones que tienen su participación ocupacional amenazada por las desigualdades, con la finalidad de elaborar estrategias de enfrentamiento. Al actuar al lado de la población negra, el profesional podrá actuar en la creación de campos de posibilidades, con el uso de actividades emancipadoras grupales o individuales, en la búsqueda de la concientización y empoderamiento de tal pueblo. Además, el terapeuta ocupacional se coloca como articulador en la búsqueda de posibilitar la participación social, rompiendo con procesos de exclusión social.**

**Palabrasclave: Participación social; Racismo; Terapia ocupacional.**

**ENTENDENDO O PROBLEMA**

A historicidade dos sujeitos negros no Brasil é marcada pela racialização das relações, que banalizaram as conformações *eu* e *do outro* a partir das relações de dominado e dominador. Pautando-se na ideia de raça, para criar dicotomia entre inferiores (negros) e superiores (brancos), onde “os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial” (p.117)1. Desta maneira, a ideia de raça, que coloca o negro como inferior e o branco como superior naturaliza as relações de dominação, assim, a raça nessa relação “permeia a formação social, econômica, política, cultural e pedagógica em nossas sociedades, especialmente nos modos de pensar e conformar os outros como inferiores, sub-humanos” (p.26)2. Então, esses padrões de relações se constituem como o cerne do racista em sua existência na sociedade brasileira, melhor dizendo, no mundo.

A compreensão do Racismo perpassa o entendimento do surgimento do conceito de raça. “É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (p.06)3. Em perspectiva biológica tal denominação é inexistente, mas é pontuado que na imaginação social e nas representações coletivas que está encarnada na sociedade “existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos” (p.06)3. Dito isso, cabe lembrar que o racismo no Brasil tem suas bases calcadas na história, onde estas características serviram para colocar o negro no lugar de inferioridade e, com isso, manter as relações raciais desiguais (relações escravistas, desumanização). Há então, “o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (p. 09)3. E é essa noção que legitima e mantem o *status* do racismo na sociedade, pois no exercício do racismo é posto o conceito de raça para afirmar as hierarquizas entre os sujeitos. Assim, é um conceito utilizado dentro de uma perspectiva social, ideológica e política, pois se torna categoria que legitima exclusão e dominação dentro das relações raciais, principalmente a hierarquia da raça branca sobre a negra, marcando o lugar de exclusão do negro, independentemente de sua classe social4.

A violência desse racismo perpassa a existência do povo negro, e reflete na estrutura social em dimensões macro e micro. “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e as ideias de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (p. 02)5. A violência racista se dá fundamentalmente a partir da destruição da possibilidade da consolidação da identidade negra. Pois, o negro está constantemente tensionado a incorporar um ideal de vida branco, sendo a branquitude (que se caracteriza como a identidade branca, que se constrói historicamente dentro das relações raciais, ocupando lugar de privilégios simbólicos e materiais dentro da sociedade 6) o padrão de existência positiva no âmbito econômico, psíquico, social e cultural. Esse processo leva a uma contradição identitária, levando o negro a desejar uma existência branca dentro de um corpo negro. Esse processo coloca os sujeitos negros muitas vezes a repudiar o seu corpo, desestabilizando a construção do *Ser Negro* e negando a si mesmos. “O sujeito negro, possuído pelo ideal de embranquecimento, é forcado a querer destruir os sinais de cor do seu corpo e da sua prole” (p.07)5.

Desta maneira, o racismo estruturado nas relações sociais tende a anular qualquer potência do sujeito negro sobre sua existência real, ancestralidade, sobre sua criatividade de existir e sentir prazer, de pertencer a ideias que legitimem sua identidade racial, levando a bloqueios existenciais e à anulação de seus fenótipos, lançando mão de técnicas estéticas de embranquecimento (alisar o cabelo, clarear a pele, afinar o nariz ou lábios, entre outras)5.

Nesse sentido, há um desafio de ser negro em uma sociedade estruturada sobre uma forma de *ser* branca, eurocêntrica, psicologicamente, socialmente e esteticamente. “De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas” (p.17)7. Essa estrutura racista se consolida na estrutura emocional do negro, onde a ascensão social está condicionada à incorporação de valores e modos de vida brancos, levando à anulação de sua Identidade. Souza (1983)7 aponta que “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (p.17-18)7. Assim, o saber-se negra é um processo de resistência e conscientização sobre esses tensionamentos raciais, é um descobrimento de uma identidade negada.

Dentro desse processo racista que constitui o imaginário social do negro inferior e o branco superior,“a questão da identidade do negro é um processo doloroso” (p.52)8. Ainda, o autor supracitado afirma que mesmo com uma dificuldade de busca por uma identidade negra no Brasil, é preciso seguir tentando, a partir do reconhecimento de que algumas especificidades que assolam a existência da pessoa negra só podem ser resolvidas por ela mesma, na construção dessa consciência sobre si e as estruturas que lhe oprimem, fortalecendo sua existência positivamente, superando a negatividade existente e legitimada socialmente.

A busca por essa identidade negra é condição para que o negro consiga integrar a luta coletiva com outros oprimidos, tendo então que se reconhecer enquanto sujeito negro potente. Essa luta pela identidade se dará pela coletividade, onde o sujeito negro começará a desconstruir incorporações que desqualificam sua existência e inferioridade4. Assim, é um movimento de superação de representações sociais racistas, dos estereótipos que negativa o *ser negro*, para a descoberta de um modo de ser pertinente com sua historicidade, harmonizando sua existência subjetiva com sua existência objetiva (seu corpo, sua cor de pele).

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos da sua *negritude* antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (p. 19, grifos do autor)4.

Seguindo, entende-se que a identidade individual “faz parte do processo de construção do ser, significando sua existência” (p.04)9, que perpassa a aquisição do nome, sobrenome, que marca se dá na experienciais mais próprias da identidade pessoal e quais as marcas que exteriorizam a sua diferença. Já a identidade coletiva, pode ser construída pelo grupo, onde dirão sobre si “através de alguns atributos selecionados no seu complexo cultural (língua, religião, arte, sistema político, economia, visão de mundo), de sua história, de seus traços psicológicos letivos, etc.” (p.09)9, ou pode ser realizada por outros grupos, podendo não ser legitimada pelo próprio coletivo.

Neste sentido, quando os europeus entraram pela primeira vez em contato com povos diferentes deles: ameríndios, africanos, asiáticos, atribuíram a esses povos identidades coletivas, de acordo com seu olhar cultural, identidades que nada tinham a ver com as que esses povos se autoatribuíam ( p.09)9.

Compondo o processo de busca de uma identidade negra brasileira, cabe pensar nas dificuldades de organização, a partir do *Colorismo*. Este termo traz à tona e complexifica a dicotomia negro/branco, onde vai pôr em cena o debate fenotípico. Neste contexto, entende-se que pessoas negras com a pele clara, narizes mais finos e cabelos com estruturas crespas mais onduladas, por exemplo, têm maior passibilidade, ficando isento de algumas perversões provocadas pelo racismo. Em outras palavras, o negro com características mais parecidas com o branco, tem maiores possibilidades/oportunidades.

Isto gera grandes conflitos, visto que o *Colorismo* pode ser uma grande armadilha para que tais sujeitos não consigam se identificar uns com os outros e se tornem oponentes, questionando até mesmo a veracidade da negritude uns dos outros. Dessa forma, é importante que a população reconheça a diversidade de negritude que a sociedade é composta, tal como a branquitude. É essencial o reconhecimento dos privilégios de negros com pele mais clara, contudo, é preciso que se consiga observar como múltiplos, diversos.

Dentro dessa dificuldade de construção de identidade negra, devido a todos os processos das práticas do racismo em nível institucional, pessoal/internalizado e interpessoal10, essa lógica acaba por constituir o Apartheid Ocupacional de tal população. Nessa perspectiva, consequentemente o Apartheid ocupacional também marca a existência do povo negro no Brasil, tendo em vista as estruturas que inviabilizam a acesso e a permanência do negro em determinados espaços, sendo uma prática de racismo relacionada “aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro” (p.89)11.

Os seres humanos são seres ocupacionais, sendo a ocupação caracterizada como as “atividades estruturantes da vida cotidiana que, dotadas de significado e valor pessoal e sociocultural, promovem e expressam a participação desejada ou necessária de pessoas ou coletivos na sociedade” (Almeida *et al.,* p.54)12. Desta forma, a ocupação humana se constrói dentro de um cotidiano multifacetado, que se regula a partir de atividades realizadas pelos sujeitos, “sendo estas a sustentação da reprodução essencial da vida social, cultural e econômica, comunitária, grupal, familiar ou individual” (Almeida *et al.,* p.54)12. Se dá em âmbito interpessoal, institucional e depende diretamente do pessoal/internalizado. Assim, entendemos que as ocupações dos sujeitos negros, são severamente marcadas pela prática do racismo e desigualdade racial, sendo sujeitos em vulnerabilidade e que são intensamente atingidos pela lógica do Apartheid Ocupacional.

O Apartheid Ocupacional se configura na crença de que existem determinados sujeitos que possuem um *status* e um valor social e econômico diferente de outros, ou seja, tem base na crença que a sociedade constrói uma hierarquia entre pessoas 13. Dentro disso, compreende-se que a raça se coloca com critério determinante nas hierarquias entre os sujeitos, a partir da crença que coloca o branco em um *status* de superior e o negro de inferior. Um exemplo, dentro de outras lógicas e proposições, é o Apartheid do Sul da África (1948), onde a população branca, mesmo em minoria quantitativa, exercia dominação sobre o negro, os inviabilizando da propriedade da terra e dos direitos democráticos, ou seja, inviabilizando a ocupação humana em diversos espaços de participação, limitando sua existência material e subjetiva.

O Apartheid Ocupacional pautado na desigualdade racial e na prática do racismo, é então “resultado de limitações políticas que podem estender-se afetando a todos os aspectos da vida cotidiana e a ocupação humana por meio de restrições jurídicas, econômicas, sociais e religiosas” (p.65, tradução nossa)13, causando pobreza, limitação de identidade e desigualdade para as populações negras, pois limita/priva sua participação em atividades necessárias ou significativas, no próprio exercício do direito, na expressão cultural e na dignidade de existir enquanto sujeito negro. É uma segregação baseada na raça, estrutural e estruturada politicamente (nas relações institucionais e interpessoais) que limita as oportunidades de ocupação. Ou seja, o contexto onde o negro está

[...] reproduz experiências de rebaixamento concorrendo para o enfraquecimento da auto-estima e para o desencorajamento. Alguns fatos relacionados a isso incluem a maneira pela qual a história do povo negro brasileiro foi, tradicionalmente, contada; a forma pela qual o negro é representado nos livros didáticos e na mídia (submisso ou coadjuvante); os apelidos postos pelos coleguinhas brancos: “macaco, piche, cabelo ruim” [no ambiente escolar], entre outros (p.11)14.

Gonzalez e Hasenbalg (1982)11 pontua algumas das desigualdades raciais no Brasil, em seu livro *Lugar de Negro*, que são estruturadas dentro de práticas de racismo que constituem uma hierarquia social, afirmando o legado da escravidão na desigualdade pós-abolição. Os autores pontuam a desigualdade nos seguintes aspectos: de oportunidade para mobilização social; das distribuições geográficas, onde o negro se encontrava em territórios menos desenvolvidos; a construção da autoimagem desfavoráveis dos povos negros a partir das concepções racista; desigualdade no acesso à educação formal, onde o branco possui mais chance de acesso e permanência; as questões relacionadas ao trabalho, onde os negros em sua maioria ocupam trabalhos menos qualificados e pior remuneráveis; e por consequência da não escolarização e os empregos menos qualificados, o negro possui rendas inferiores, quando comparados a renda de brancos. Esses aspectos foram afirmados pelos autores em 1982 são reiterados, no *site Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça* (realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – o qual teve sua quarta edição publicada em 201115. É essencial compreender que em 2009 51,1% das pessoas brasileiras se declaravam negras e 48,2% brancas15. Posto isso, vamos a alguns dados:

*- Educação:* Em 2009 a população negra tinha em média 6,7 anos de estudos, já a população branca 8,4 anos. Em relação a Educação Infantil, 20,2% das crianças brancas (entre 0 e 3 anos) encontravam-se matriculadas em creches, já as crianças negras apenas 16,7%15. Os dados da Pesquisa pontuam alguns avanços, porém as desigualdades raciais são latentes, o que é resultado e causa dificuldades de mobilização social dessa população. A ausência de acesso à educação formal como espaço de acolhimento e possibilidade de vida, pode levar essa população negra a outros espaços de existência, marcados pela violência urbana, principalmente para a juventude negra, que são as maiores vítimas de morte, em contexto violentos, pela ausência de estruturas que possibilitem outras alternativas de ocupação e do fazer humano.

*- Saúde:* em relação a saúde da mulher, as desigualdades de acesso das mulheres brancas e negras são preocupantes. Em 2008 o “[...]percentual de mulheres brancas de 40 anos ou mais que [...] havia realizado exame clínico de mamas, no período inferior a um ano, foi de 45,1%, e, para aquelas que realizaram mamografia, foi de 40,2%. Já para as mulheres negras na mesma faixa etária, este percentual foi de 33,1% e 28,7%, respectivamente” (p.23)15. Esses exames são essenciais para diagnóstico e prevenção de canceres, a ausência da prevenção de saúde para mulheres negras podem levar a consequências em sua vida e organização social, pois sem a prevenção, os diagnósticos podem vir tardiamente. Esses dados apontam a desigualdade no acesso à saúde, a uma ocupação essencial na vida dos sujeitos, que sendo ausente pode levar a consequências profundas na participação social dessas mulheres, ou até mesmo levar a morte dessas mulheres negras.

*- Mercado de Trabalho*: os dados em relação ao Trabalho formal com carteira assinada, apontam que “em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização (43% com carteira assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25% com carteira assinada) ” (p. 27)15. Aqui pontua-se mais uma vez a desigualdade racial que se constrói no mercado de trabalho, tendo impacto direto na limitação ocupacional desses sujeitos.

*- Pobreza, distribuição e desigualdade de Renda:* a distribuição racial da riqueza é incontestável, e a população negra segue sub-representada entre os mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres: em 2009 entre os 10% mais pobres 72% eram sujeitos negros15.

Esses dados nos auxiliam a refletir sobre as estruturas das desigualdades raciais, que subsidiam barreiras ocupacionais e de participação social, as quais são geradas pela macroestrutura política, social, cultural e econômica do Apartheid Ocupacional. Tendo em vista que esse Apartheid se dá na negação ao acesso/ participação dos sujeitos negros a diversas formas de vida digna e significativa, e essa negação é gerada por estruturas políticas, que acabam legitimando e (re) produzindo as desigualdades, “suas consequências sociais, culturais e econômicas, sistemáticas e dominantes, põem em perigo a saúde e o bem-estar de [...]” (p.66, tradução nossa)13 sujeitos e grupos sociais negros.

É fundamental compreender que esses dados se dão a partir de práticas do racismo, por exemplo, no ambiente escolar, que se torna um espaço de exclusão do sujeito negro, ou como nos próprios serviços de saúde, onde tais pessoas são tratadas a partir de perspectivas estereotipadas, inviabilizando o acesso e a permanência. Tais ações se configuram como um Racismo Institucional que se legitima a partir de práticas interpessoais dos profissionais que atuam nesses espaços. E é articulado direta ou indiretamente pelo próprio Estado, seus serviços e políticas públicas que (re)produzem desigualdades e hierarquias raciais, levando assim a possíveis limitações no exercício de ocupações humanas dignas como as escolares, assistência à saúde e assistência social e o próprio acesso ao lazer e a cultura. Essa prática age então nas “coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros” (p.17)10.

A Terapia Ocupacional se consolida enquanto profissão que lança mão de estratégias para estimular, desenvolver ou potencializar “a participação social de pessoas, grupos sociais e comunidades que experimentam impedimentos ou se confrontam com obstáculos para realizar atividades significativas para si e para seu meio social” (Almeida *et al*., p.08)16. Assim, a profissão tem como foco promover o exercício das atividades, que estruturam a ocupação humana, que por algum motivo, seja ele social, psíquico, cultural, cognitivo ou físico, não consegue por em prática, limitando/negando a ocupação e o exercício das atividades significativas que consolidam a vida humana. Desta forma, busca-se potencializar a autonomia e a emancipação desses sujeitos, buscando então a ampliação da participação social e/ou ocupacional a partir das necessidades e desejos dos mesmos ou de grupos sociais. Portanto, entendendo que a Terapia Ocupacional tem a atividade/fazer/ocupação como o principal instrumento de intervenção para a busca de superação de barreiras e que a raça se constitui como um motivo de impedimento a atividades e ocupações significativas e necessárias para todos os gêneros e faixas etárias, destacamos a necessidade de se olhar para esse determinante social que gera injustiças ocupacionais[[1]](#footnote-1)\*, tendo como foco uma ação emancipatória antirracista.

**CONSTRUBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA E ENFRENTAR O APARTHEID OCUPACIONAL**

Tendo a raça como determinante estruturante no Apartheid Ocupacional dos sujeitos negros, o qual gera racismo, desigualdade racial e causa impedimento dos mesmos a exercerem atividades e ocupações significavas para estruturação da vida17, busca-se pensar como a Terapia Ocupacional pode contribuir, nos seus diversos campos de atuação, para enfrentar essas relações de opressão. Parte-se do pressuposto que o trabalho com essas questões não se dá apenas na busca por estratégias para fortalecer a participação social do povo negro, mas também potencializar as Identidades Negras e/ou Negritudes. Isto se dá, por entender que a desestruturação do Apartheid Ocupacional – considerando a esfera política, econômica, cultural, ideológica e social – também depende do reconhecimento das pessoas negras enquanto sujeito capaz de exercer uma práxis transformadora junto com seus iguais, se unificando enquanto coletivo, para a luta antirracista. Assim, a Terapia Ocupacional poderá criar campos de possibilidade para o fortalecimento dos sujeitos subjetivos e das questões institucionais que os cercam. Isto possibilita uma Terapia Ocupacional potente para desenvolver estratégias, ações e projetos que promovem ocupações significativas e necessárias para os sujeitos negros, pois, entende-se que a ocupação é condição fundamental para atingir “um estado de bem-estar físico, mental e social [...] [Em busca de] um equilíbrio consigo mesmo e com o meio que o rodeia” (p.44, tradução nossa)18.

Tem-se também uma aposta no campo social - a partir dos pressupostos teóricos-metodológicos da Terapia Ocupacional Social - como uma área com grandes contribuições a oferecer na assistência a essa população, tanto pelas tecnologias sociais produzidas pelo campo19, quanto por buscar promover ações que englobem aspectos macrossociais e microssociais, de forma articulada, entendendo que o processo de emancipação deve levar em conta essas duas dimensões20. Desta forma, ao atuar junto à população negra o terapeuta ocupacional – nesta perspectiva teórica – busca apreender e intervir sobre as questões de âmbito macrossocial (racismo estrutural, institucional, que perpassa questões políticas, econômicas e de direitos sociais) e microssociais (em âmbito local, sobre a história de vida do sujeito ou grupo local, sobre os aspectos subjetivos e familiares, as práticas de racismo local, questões territoriais/comunitárias, entre outros).

Essa atuação desemboca na necessidade de articulação de dinâmicas que acontecem na esfera individual e coletiva, que envolve a desigualdade racial e o racismo em suas variadas vertentes. “Na esfera individual, serão elaboradas estratégias que auxiliem o sujeito a ter apoios e/ou suportes para sua inserção e participação sociais, respeitando suas escolhas e autonomia” (p.126)20. Já na esfera coletiva

“[...]o trabalho conecta-se às políticas sociais e à ação em espaços públicos pela manutenção e/ou ampliação do reconhececimento social de determinadas necessidades, intervindo pela ampliação de serviços e outros espaços que possibilitem o acesso aos direitos daquele grupo” (p.126)20.

Assim, no sentido coletivo, o profissional enquanto agente que busca responsabilidade social, irá articular políticas sociais e estratégias de ação com objetivo de fortalecer redes de direitos sociais, de acordo com a necessidade da população, procurando formas de superar as desigualdades de acesso aos direitos fundamentais, sinalizando a importância de políticas públicas que contemplem a igualdade racial. Essa articulação micro e macro é um trabalho complexo, que busca as questões individuais articuladas com a política, gestão e a própria militância20, desta forma, as histórias de vida e ocupações marcadas por relações raciais opressoras são articuladas com a estrutura política e coletiva, para dar conta da complexidade do racismo e desigualdade racial.

Tais ações devem estar baseadas na alteridade, indo ao encontro com o outro21, e neste caso propõe-se este encontro com o sujeito negro, para compreender suas necessidades, recursos, angustias, dores, resistências e potencialidades, com estratégias pautadas no diálogo e na ação conjunta.

Nesse percurso busca-se estratégias de *conscientização* e *empoderamento*, tendo a primeiracomo movimento de aprofundamento da análise das relações sociais a partir de uma posição crítica sobre as opressões22, para que assim possa reconhecer as tensões que os negros sofrem, e as contradições que envolvem o racismo, com isso, busca-se uma práxis transformadora dessas relações raciais de desigualdade. Isso leva então ao *empoderamento* de tais sujeitos, que passam a compreender as estruturas e perceber que o problema não está em si mesmo, mas nas ideologias racistas, reconhecendo seu corpo como potência para a transformação e o questionamento do *status quo*. Ainda, busca-se a emancipação, que é ir além de condições pautadas na hierarquia social23 e racial, em busca na superação da desigualdade racial e injustiça ocupacional. Assim, a justiça ocupacional, de acordo com Calvento *et al.* (2007)18, busca dar possibilidade de os sujeitos alcançarem sua verdadeira potência dando novos sentidos a sua vida.

Tem-se a atividade como recurso potente da Terapia Ocupacional, para a (re)constituição da identidade pessoais e coletivas. Nesse sentido Almeida et al. (2015)16, apontam que

As atividades são elementos organizadores da abordagem profissional e, enquanto tecnologias de mediação sócio-ocupacional, podem embasar o desenvolvimento de processos de constituição ou reconstituição de identidades pessoais e coletivas, que incidem na transformação de percursos e histórias de vida (hábitos, modos de realização da vida cotidiana, saberes, conhecimentos, desenvolvimento da vida econômica, ocupacional, comunicacional e expressiva de pessoas e coletivos) (p.10)16.

Portanto, as atividades podem ter o objetivo de resgate da história do negro que rompa a historiografia que o deprecia, levando a importância da sua participação na história e na consolidação da cultura brasileira. Mais que isso, é essencial pautar as questões culturais (religiões, artes, medicinas, tecnologias, corporal, ancestral, ciências, educação, visões do mundo) e sua atuação para construção do país, bem como aspectos sobre as línguas9 e os movimentos de resistência (estética, cultural, relacionada ao movimento social negro). Busca-se dessa forma

[...]oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório (p.10-11)9.

Com isso, Terapeutas Ocupacionais podem utilizar a atividade para a produção de sentidos subjetivos, entendendo a identidade como um sistema vivo, dinâmico e em processo, propiciando a produção de sentidos a partir do fazer.

Essas atividades podem ocorrer em diversos contextos, como na escola, em serviços de saúde, na assistência social, em centros convivência, espaços culturais, espaços da justiça, organizações não-governamentais, ou seja, nos diferentes espaços onde o profissional estiver atuando.

Em tempo, é preciso chamar os profissionais e pesquisadores à descolonização branca europeia de seus conhecimentos e intervenções, pois só assim será possível se aproximar das reais demandas da população negra e se sensibilizar com os atravessamentos presentes em suas vidas. Cabe refletir sobre seus limites terapêuticos e de pesquisa, buscando amparo, formação e diálogos com pessoas envolvidas em tais contextos e estando sempre dispostos a se reverem profissionalmente.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do Terapeuta Ocupacional junto à população negra propõe articular de forma dialogada ações para a constituição de uma Identidade Negra onde se possa “resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (p.18)7, ressignificando eventos negativos e mostrando-lhes novas possibilidades17. Desta forma, a profissão, dentro da perspectiva social, vem se fortalecendo com suas tecnologias e se mostra potente para agir sobre o racismo e a desigualdade racial, buscando rompe-las. E, mais que isso, sendo um agente capaz de articular movimentos de emancipação desses sujeitos, criando campos de possibilidades.

**REFERÊNCIAS**

1. Quijano, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, E. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

2. Arroyo, MG. **Ações Coletivas e Conhecimento: Outras Pedagogias?.** Universidade Popular dos Movimentos Sociais, 2009. Disponível em: < http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/documentos/leituras/leituras-sobre-a-upms.php>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

3.Munanga, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raca, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ,2003. Disponível em: < http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

4. Munanga, K. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

5.Costa, JF. **Prefácio.** In.: SOUZA, N. S.Tornar-se negro:as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).

6.Cardoso, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Manizales. 2010;8(1):607-630.

7.Souza, NS. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983. (Coleção Tendências; v. 4).

8.Munanga, K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil** - Entrevista de Kabengele Munanga. Estudos Avançados. São Paulo. 2004; 18 (50): 51-56.

9.Munanga, K. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?.** Revista da ABPN. São Paulo. 2012; 4 (8):06-14.

10.Geledés, Instituto da Mulher Negra. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra e Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, s/a

11.Gonzalez, L; Hasenbalg, C. **Lugar de negro***.* – Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

12. Almeida, MC; Barros, DD; SOARES, CRS; Galvani, D. **Glossário de base para a Terapia Ocupacional na Assistência Social.** In.: Chagas, JNM; Barros, DD; Almeida, MC; COSTA, SL. Terapia Ocupacional na Assistência Social (SUAS)*.* - Rio de Janeiro, RJ CREFITO2, 2015.

13. Kronenberg F; Pollard, N. **Superar el apartheid ocupacional: exploración preliminar de la naturaliza política de la terapia ocupacional**. In: Kronenberg, F; Algado, SS.; Pollard, N. Terapia ocupacional sín fronteras: aprendiendo el espíritu de supervivientes. Buenos Aires – Madrid: Médica Panamericana, 2006.

14. Instituto Amma Psique e Negritude - AMMA*.* **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Impressão Oficial, 2008.

15. IPEA ,Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retratos das desigualdades de gênero e raça.** - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

16. Almeida, MC; Barros, DD; SOARES, CRS; Galvani, D. **Terapia Ocupacional Social: notas acerca das ações na Assistência Social e para o desenvolvimento comunitário.** In.: Chagas, JNM; Barros, DD; Almeida, MC; COSTA, SL. Terapia Ocupacional na Assistência Social (SUAS)*.* - Rio de Janeiro, RJ CREFITO2, 2015.

17. Costa, IRBB; Castro, GGA. **Racismo: Impacto no Desempenho Ocupacional e na Corporeidade Negra**. In: V Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, IV Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas, XI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira e II Seminário do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade. 2015, Jequié. Anais. Jequié: UESB, 2015. p.1005-1006.

18. Calvento, RAC; Anglés, EL; Roca, SM; Algado, SS. et al. **Curso de rehabilitación basada en la comunidad: caminando hacia la justicia ocupacional.** Revista informativa de la Asociación Profesional Española de Terapeutas Ocupacionales*,* n.43, Septiembre 2007.

19. Lopes, RE; Malfitano, APS; Silva, CR; Borda, PLO. **Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade**.Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos. 2014;22 (3):591-602.

20. Malfitano, APS. **Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional.** In: Lopes, RE; Malfitano, APS. Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

21. Barros, DD; Ghirardi, MIG; Lopes, RE. **Terapia Ocupacional Social**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. 2002;13(3):95-103.

22. Freire, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17 º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

23.Galheigo, SM. **Terapia ocupacional en al ámbito social: Aclarando conceptos e** ideas. In: Kronenberg, F; Algado, SS.; Pollard, N. Terapia ocupacional sín fronteras: aprendiendo el espíritu de supervivientes. Buenos Aires – Madrid: Médica Panamericana, 2006.

1. \* Compreende-se a injustiça ocupacional como processos políticos, sociais, econômicos, étnicos e culturais que proíbem, limitam ou reduzem a participação social dos sujeitos em fazeres/ocupações dignas e significativas. Sendo a justiça ocupacional um movimento oposto, que procura consolidar o direito a participação social, enfrentando os fatores de exclusão (Calvento *et al*.)18.

 [↑](#footnote-ref-1)